

ENTREVISTA _ NORBERTO FERNÁNDEZ LAMARRA¹

DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR LATINO-AMERICANA NO SÉCULO 21

EQUIPE EDITORIAL

Cem anos depois, quais são as principais marcas da Reforma de Córdoba nas Instituições de Ensino Superior Latino-americanas?

Norberto Fernández Lamarra: No ano de 2018, comemoramos o centenário da Reforma Universitária, iniciada pelos estudantes da *Universidad Nacional de Córdoba*, na Argentina, e estendida a toda América Latina. Acredito que a Reforma continua vigente, estimulando a revitalização de uma visão latino-americana de valores culturais e da necessidade de nossa integração.

Neste sentido, atualmente, registram-se situações muito diferentes nos países da América Latina que colocam em questão o próprio significado da autonomia, emblema da Reforma Universitária de 1918. Na Argentina, por exemplo, a vigência da autonomia está fortemente vinculada ao vaivém político-institucional do país. Porém, ao se fazer um balanço geral, verificamos que as reformas na educação superior, promovidas na América Latina na década de 1990 e impulsionadas pelas políticas neoliberais, afetaram os princípios básicos da Reforma, não

¹ Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Formação e Estudos para o Desenvolvimento da Educação (NIFEDE) e diretor de Pós-Graduação da *Universidad Nacional Tres de Febrero* (UNTREF) em Buenos Aires, Argentina. Dirige a *Revista Latinoamericana de Políticas y Administración de la Educación (RELAPAE)*, a *Revista Argentina de Educación Superior (RAES)* e a *Revista Latinoamericana de Educación Comparada (RELEC)*. Preside a Sociedade Argentina de Estudos Comparados em Educação (SAECE). Foi vice-presidente do Conselho Mundial de Sociedades de Educação Comparada (WCCES) e, atualmente, é presidente da Sociedade Ibero-americana de Educação Comparada (SIBEC). Especialista Regional da UNESCO, para a América Latina, onde atua como consultor. Recebeu, da *Latin American Studies Association (LASA)*, o Prêmio Paulo Freire por sua trajetória em pesquisas sobre a educação e suas contribuições à Educação Superior na América Latina. Coordena, em Buenos Aires, a pesquisa *The Changing Academic Profession Project*, em andamento em 21 países, que trata sobre a sociedade do conhecimento e a economia na formação de pesquisadores, de modo a conhecer a evolução da docência acadêmica universitária argentina no contexto internacional da última década. É autor de mais de 250 publicações, entre estudos, trabalhos, livros e artigos sobre a educação superior argentina e latino-americana.

apenas na já mencionada autonomia universitária, mas também na participação das categorias na gestão, no questionamento da universidade como “fábrica” de exames e títulos profissionais, na demanda por renovação pedagógica, na importância da função social da universidade, na centralidade dos estudantes como destinatários e protagonistas da educação, e na relação da universidade com a sociedade; ou seja, as pautas centrais da Reforma ainda se mostram atuais.

O senhor considera necessária uma nova Reforma Universitária?

NFL: Sim, nada mais propício do que o centenário da Reforma para marcar e orientar um novo estado deliberativo em que a comunidade universitária, os pesquisadores, a sociedade e o governo se coloquem em um estado de diagnóstico, análise, debate e elaboração de propostas sobre o futuro da universidade.

A partir do reconhecimento do contexto político, econômico e social em que a educação superior se desenvolve em nossa região nas últimas décadas, das contribuições das Conferências Regionais de Educação Superior em Havana, no ano de 1996, e em Cartagena, no ano de 2008, e das Conferências Mundiais da Educação Superior da UNESCO realizadas em Paris, no ano de 1996 e em 2008, considero necessário estabelecer novas orientações políticas e estratégicas que favoreçam a construção de uma universidade que a América Latina precisa para o futuro. Neste sentido, aponta-se a necessidade de ultrapassar a mera dimensão declaratória e orientadora presente nas declarações resultantes das conferências anteriores, para avançar na sua efetiva concretização por meio de programas nacionais e regionais que as implementem.

Os debates centrais ainda estão em aberto e contextualizarão o futuro da educação superior. Eles se referem basicamente à própria natureza da universidade e sua relação com a sociedade. Um destaque especial deve ser dado à discussão sobre sua definição como bem público e social em contraposição a uma concepção de que se trata de um bem comercial que oferece “serviços”. Diante disso, uma nova reforma deveria ser orientada para o desenvolvimento de uma noção de responsabilidade social nas universidades. Essa questão tensiona interesses entre aqueles que, por um lado, promovem e lutam pelo direito à educação e, por outro, a colocam como um bem comercial e negociável. Os primeiros argumentam que a educação não apenas oferece, ao conjunto da cidadania, o acesso aos bens simbólicos da sociedade, como também

é condição da transmissão desses bens, construindo assim uma identidade social em torno de valores compartilhados que, ao democratizar o acesso ao conhecimento, favorece o desenvolvimento social e econômico, o que diminui as desigualdades. Isso explica o crescente incremento dos níveis de obrigatoriedade escolar e cobrança de que os Estados se responsabilizem pelo desenvolvimento e pela sustentação dos sistemas educativos. Já aqueles que consideram a educação como uma *commodity* promovem a privatização dos sistemas de ensino e a introdução do livre mercado como forma de regulação. A inclusão da educação na rubrica dos “serviços” teve um impacto muito forte, sobretudo na educação superior, o que tem despertado a reação e a resistência de diversas associações, redes de ensino, universidades e instituições educativas. Em particular, na América Latina, as Conferências Regionais rejeitaram tal posição, assim como parte dos governos que realizaram declarações conjuntas junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Temos algumas propostas concretas para a construção de uma universidade necessária na América Latina. Tais propostas, basicamente, buscam ampliar os níveis de democratização e desenvolvimento social e, a longo prazo, promover uma reordenação quanto ao planejamento, a fim de criar ferramentas capazes de assegurar a participação de todos (comunidade universitária e sociedade em geral) para trazer inovação e transformação. Esse planejamento deveria vincular-se com um projeto nacional de desenvolvimento. Em geral, as funções de planejamento estão dispersas dentro da gestão do sistema das instituições, dificultando a construção de uma prática sistemática de pensar a universidade articulada com políticas mais amplas e a longo prazo.

Na sua opinião, está em curso um processo de privatização do Ensino Superior na América Latina?

NFL: Os processos de mercantilização da educação superior, desenvolvidos a partir da ideologia do neoliberalismo, promovem, dentre outras políticas, a privatização dos bens educacionais. Em termos práticos, isso implica em conceber a educação como um serviço comercializável, assim como qualquer outra *commodity*. Os que fomentam essa mercantilização argumentam que os serviços de educação superior estão sendo ampliados e diversificados, especialmente por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), encarando a educação como uma atividade empresarial internacional.

Tais ideias, decorrentes do sentido econômico dado ao conhecimento na atual fase do desenvolvimento capitalista, impregnam fortemente o debate educativo em nível global e se transformam em decisões políticas de caráter internacional. Essa concepção não é aceitável para os países latino-americanos, uma vez que defendemos a educação como bem público e entendemos o acesso, o desenvolvimento e a regulação dos sistemas de educação superior como assuntos de soberania nacional, que não são suscetíveis à regulação por parte do mercado internacional. Acreditamos que as IES devem sair da cultura da avaliação para uma cultura institucional de gestão inovadora, autônoma e com caráter democrático e participativo.

Podemos considerar que a ideia da autonomia proposta na Reforma de Córdoba ainda é um dos principais desafios das universidades?

NFL: A autonomia é um problema que atravessa cada decisão a respeito da política universitária, e grande parte dos debates nas universidades gira em torno desse eixo conceitual. De um lado, discutem-se as ameaças de intromissão por parte do Estado para o controle universitário e, de outro, o avanço do capital, bem como sua lógica mercantilista, que tenta interferir na dinâmica acadêmica e institucional da universidade. O conceito de autonomia se coloca como condição da universidade por se tratar de uma entidade em constante transformação decorrente das necessidades e dos interesses sociais do país; isso significa que a autonomia universitária implica em um compromisso com os problemas da comunidade e em uma renovação de seu vínculo com o Estado. O risco de uma versão limitada da autonomia já nos é conhecido: universidades endogâmicas, credencialistas e que colocam em discussão a própria legitimidade da instituição.

Para tentar resolver um desses desafios relativos à questão da autonomia, a noção de “responsabilidade social universitária” surgiu nos últimos anos a fim de rever e reformular o vínculo entre a universidade e a sociedade que pretende superar a concepção de “extensão universitária” como forma esgotada de relação, instalando uma modalidade de gestão ética que impacte tanto internamente em cada instituição como também em sua maneira de relacionar-se com a sociedade.

O senhor está à frente da criação do Espaço Latino-americano de Educação Superior. Poderia explicar qual é a proposta desse espaço?

NFL: O impacto da educação, tanto em suas práticas como nas suas políticas específicas, só surte efeito após várias décadas depois que as

práticas e políticas educacionais são desenvolvidas, e sua adequação com as demandas sociais é complexa e difícil. As urgências que requerem as conjunturas políticas, a necessidade de atender múltiplas e simultâneas demandas sociais e a falta de uma estratégia geral e coletiva tem dificultado a necessária construção de perspectivas para a educação a médio e longo prazo. A possibilidade de formular uma estratégia regional comum – como a proposta da criação do Espaço Latino-americano de Educação Superior – exige a criação de um projeto de caráter nacional, tanto para a Argentina como para cada um dos países latino-americanos. A construção dessa perspectiva em comum e seu desenvolvimento requerem também outros dois elementos cruciais: a participação de todos os atores centrais para a vida universitária e científica (governos, instituições, docentes, estudantes, sindicatos e organizações da sociedade civil) em conjunto com o desenvolvimento de sistemas de direção estratégica, tanto nas instituições como nos governos, com o objetivo de assegurar uma visão geral e a longo prazo, assim como uma implementação eficiente do projeto elaborado de maneira participativa.

O desenvolvimento de programas regionais de mobilidade estudantil e de professores, por meio da criação de sistemas regionais e internacionais de bolsas de mobilidade acadêmica, a criação de um sistema de créditos válidos em todas as instituições, como no sistema europeu, assim como a discussão sobre novos modelos de estrutura acadêmica de graduação e pós-graduação na América Latina são tarefas importantes e urgentes que o Espaço Comum Latino-americano pode vir a sistematizar. Até o momento, os avanços na criação desse espaço foram pequenos e assistemáticos; há alguns acordos realizados no âmbito do Mercosul Educacional, mas, para que o espaço seja construído “de baixo para cima”, são pontos centrais a integração interuniversitária, a mobilidade acadêmica e a formação em gestão dos dirigentes universitários.

O espaço é uma proposta de articulação entre o presente e o futuro. É, sem dúvida, indispensável vincular os sistemas educativos e os processos de formação com o desenvolvimento das sociedades latino-americanas, de modo a favorecer a democratização da educação para o desenvolvimento sustentável em sua potencialidade para melhorar a qualidade de vida das pessoas, das sociedades e dos países.

